



Relatório da Administração

Prezados Senhores, A administração da Lupatech S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013 (4T13) e ao ano de 2013, preparados em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards (IAS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

Perfil da Companhia e Descrição dos Negócios

Somos um dos principais fornecedores brasileiros de produtos e serviços de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás. Nossos negócios estão atualmente organizados em dois segmentos: Produtos e Serviços, e contamos com 2.897 colaboradores. O segmento Produtos oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completção de poços e compressores para gás natural veicular. O segmento Serviços oferece serviços de sondas de perfuração e workover, intervenção em poços, drilling, revestimentos e inspeção de tubulações.

Mensagem da Administração aos Acionistas e Agentes do Mercado de Capitais

A administração da Lupatech S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, contemplando as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2012, exceto quando especificado de outra forma. O ano de 2013 foi um ano de inúmeros desafios na Lupatech, ao mesmo tempo que foi um ano de importantes avanços no sentido de melhorar a eficiência da operação através da redução de custos e despesas, em especial pela captura de sinergias entre as nossas diversas operações, assim como, por um período onde se avançou definitivamente no processo de equalização da estrutura de capital da Companhia, o qual segue em curso com os procedimentos legais e jurídicos necessários à conclusão do processo de reestruturação. Estes eventos, somados, geram uma significativa modificação na estrutura operacional e de capital da Companhia, o qual permitirá uma melhor capacidade de realização do Backlog controlado e um melhor posicionamento de mercado para a captura das importantes oportunidades no segmento de Petróleo e Gás, especialmente no Brasil. Por outro lado, o fato da reestruturação financeira ainda não concluída, nos impôs algumas limitações de caixa que afetaram consideravelmente nossa capacidade operacional. Com as restrições financeiras para adquirir a quantidade necessária de matéria prima e insumos, muitas de nossas unidades, dentre elas operações bastante rentáveis, permaneceram relevante parte do tempo com baixa utilização, ou, até mesmo, sem operação, em função da falta destes insumos, mesmo tendo carteira de pedidos contada para entrega, não gerando os resultados que poderiam para a Companhia. Mesmo enfrentando essas dificuldades, a Companhia conseguiu gerar EBITDA ajustado positivo, evitando a queima de caixa pelas atividades operacionais recorrentes. Relevante montante de custos e despesas advindas dos processos de reestruturação operacional e financeira foram incorridos e pagos neste exercício, restringindo ainda mais a disponibilidade de capital de giro da empresa. Todavia foram movimentos de reestruturação fundamentais para que a Companhia alcançasse, nesta data, uma estrutura operacional mais eficiente e com a clara perspectiva de conclusão do processo de reestruturação financeira ainda no primeiro semestre de 2014.

Plano de Reestruturação Financeira e de Capital

O plano de reestruturação do endividamento segue o cronograma esperado. Em 13 de fevereiro de 2014 foi ajustado na Comarca de Nova Odessa (SP), onde está registrada a sede da Companhia, o plano de recuperação EXTRAJUDICIAL envolvendo os créditos de bônus perpétuos. Já em 10 de março de 2014, o plano foi apresentado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária após ter sido apresentado e aprovado em reunião do Conselho de Administração.

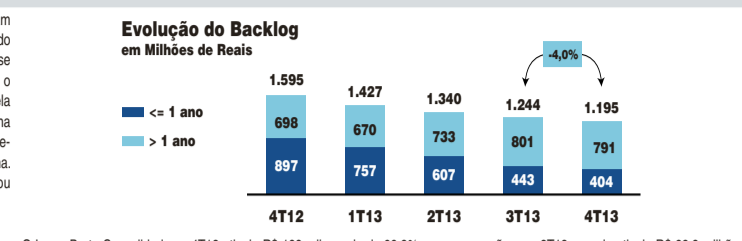
O plano conta com a adesão formal de cerca de 85% dos bondholders, além de outros aproximadamente 10% que se manifestaram favoravelmente ao plano, todavia não conseguiram atender ao prazo inicial de formalização da adesão. Prazo este que deverá ser estendido para que este grupo e outros remanescentes o formalmente adotem à homologação do plano. Com isso, alcançaremos a quase totalidade dos bondholders, restando apenas aqueles com quem o contato foi impossibilitado por algum motivo, uma vez que até o momento não recebemos nenhuma manifestação contrária à proposta apresentada. Estamos no aguardo da publicação do Edital pela Comarca de Nova Odessa concedendo prazo de 30 dias para que qualquer bondholder possa se manifestar quanto ao plano, para que na sequência ocorra a sua homologação. Após a homologação do plano pela justiça Brasileira, o mesmo será apresentado à Corte Norte-Americana para extensão dos efeitos nos EUA, uma vez que a emissão dos bonds foi realizada segundo a lei norte-americana. Após a conclusão desta etapa, a Companhia poderá iniciar os procedimentos de chamada de capital e conversão da dívida em ações ou ADR's - American Depositary Receipts.

Reestruturação Operacional

No tocante às operações, a Companhia já executou diversas iniciativas de reestruturação para a captura dos ganhos de sinergia, eficiência e produtividade, como por exemplo: i) o austero controle de custos e despesas; ii) o redimensionamento de processos; iii) a integração de unidades operacionais; iv) a venda de operações não core (em 14 de outubro de 2013, concluímos a alienação da Tubular Services por R\$ 59,6 milhões); v) a implementação de processos de "work-ouf"; vi) a implementação da ferramenta de orçamento matricial; vii) a reestruturação de contratos com margem pouco atraente ou negativa, entre outros. Temos readequado o tamanho da nossa estrutura administrativa e operacional, ajustando à utilização de nossa capacidade produtiva e da nova estrutura das operações. Para o futuro, temos a confiança de contar com um planejamento estratégico que, com a adequada capacidade financeira, resultado da nova estrutura de capital, nos permitirá capturar as oportunidades do mercado de Óleo & Gás, nos colocando em situação competitiva frente aos nossos principais concorrentes. Podemos afirmar que estamos cautelosamente otimistas, mas cientes dos grandes desafios que temos após a efetivação do plano de reestruturação do endividamento. Abre-se uma nova perspectiva para a Companhia que, com a confiança dos acionistas, atuais e novos, do Conselho e do corpo diretivo, nos colocará em condições de recuperarmos o tempo perdido assim como, o do gestorante e operacional e de mercado ocasionado por este processo de ajuste da estrutura da Companhia. Aproveitamos para, em nome de toda a diretoria, agradecer os clientes, fornecedores e colaboradores que têm se mostrado parceiros, atuando com profissionalismo e compreensão em um dos nossos momentos mais desafiadores.

Desempenho Operacional

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2013 atingiu R\$ 565,3 milhões, versus R\$ 561,5 milhões apurados no exercício de 2012. Enquanto o Segmento de Produtos apresentou queda de 21,8%, em especial devido à redução das receitas nas divisões de Válvulas Oil&Gas e Cabos de Ancoragem que continuam aquém de seu real potencial em função das restrições de caixa levando à menor utilização de sua capacidade produtiva, o Segmento de Serviços demonstrou crescimento de 35,7% principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, a qual respondeu por R\$ 165,8 milhões, ou 55,6% da Receita Líquida do Segmento de Serviços no exercício de 2013. A Receita Líquida Consolidada no 4T13 manteve-se constante em comparação com o 3T13, atingindo R\$ 139,1 milhões versus R\$ 138,9 milhões. A dificuldade em obter maior disponibilidade de recursos para aplicação nos investimentos e aquisição de insumos limitou de forma importante a potencialidade de utilização da capacidade produtiva das plantas e maior prazo de entrega do Backlog, impactando negativamente a geração da Receita Líquida do Grupo. Com isso, a nossa carteira de pedidos firmes (Backlog) em 31 de dezembro de 2013 somou o montante de R\$ 1,2 bilhões. A realização deste Backlog está concentrada no longo prazo (acima de 1 ano) e está condicionada a concretização de investimentos no Segmento de Serviços.



O Lucro Bruto Consolidado no 4T13 atingiu R\$ 188 mil, queda de 99,2% em comparação com 3T13 quando atingiu R\$ 22,8 milhões. A margem Bruta Consolidada variou de 16,4%, no 3T13 para 0,1% no 4T13 devido principalmente à perda de margem bruta no segmento Serviços, em Oilfield Services Brasil e Tubular Services & Coating, consequência do registro de despesas não recorrentes com provisão de multas com clientes e fornecedores no montante de R\$ 8,1 milhões, bem como pelo registro de ajuste de inventário dos estoques no montante de R\$ 7,9 milhões no Segmento de Produtos. As despesas com vendas no exercício de 2013 reduziram 36,5% passando de R\$ 59,3 milhões em 2012 para R\$ 37,7 milhões em 2013. Em comparação com o 3T13, as despesas com vendas aumentaram 10,3% atingindo R\$ 10,6 milhões no 4T13 contra R\$ 9,6 milhões no 3T13 devido ao reconhecimento de provisão para multas de clientes e risco de crédito com clientes, no montante de R\$ 2,6 milhões no 4T13. As despesas administrativas no exercício de 2013 apresentaram crescimento de 47,1% atingindo R\$ 91,2 milhões versus R\$ 62,0 milhões no exercício de 2012, principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012. Em comparação com o 3T13, as despesas administrativas reduziram 7,1% atingindo R\$ 20,7 milhões no 4T13 versus R\$ 22,3 milhões no 3T13, consequência da redução das despesas de salários e encargos após as rescisões ocorridas no 3T13 como parte do processo de reestruturação da Companhia. Os Honorários dos Administradores apresentam um crescimento de 2013 crescimento de 38,9% em comparação com exercício de 2012. Em comparação com 3T13 os Honorários de Administradores tiveram aumento de 6,4% no 4T13. As Outras Despesas Operacionais reduziram 70,6% no exercício de 2013 em comparação com 2012, totalizando R\$ 59,9 milhões. No 4T13, as outras despesas operacionais totalizaram R\$ 44,1 milhões contra R\$ 7,8 milhões no 3T13. Com o aumento no prejuízo da variação cambial, o Resultado Financeiro Líquido Total do exercício foi maior em 11,0%, totalizando R\$ 238,2 milhões frente os R\$ 214,5 milhões em 2012. No 4T13, o Resultado Financeiro Líquido também apresentou aumento em relação ao 3T13 e acumulou R\$ 86,7 milhões versus R\$ 48,8 milhões no 3T13, maior em 77,7%. O EBITDA Ajustado das atividades continuadas no exercício de 2013 diminuiu 18,0% em relação ao exercício anterior alcançando R\$ 17,5 milhões versus R\$ 21,3 milhões. A Margem EBITDA do ano foi 0,7 ponto percentual inferior a 2012 e fechou em 3,1%. O EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas no 4T13 atingiu o montante negativo de R\$ 6,7 milhões versus R\$ 4,5 milhões apurado no 3T13. A Margem EBITDA Consolidada ficou negativa em 6,2% no 4T13 versus 3,2% positiva no 3T13. O Resultado Líquido aplicado no exercício de 2013 foi prejuízo de R\$ 37,8 milhões versus prejuízo de R\$ 560,7 milhões no exercício de 2012. A redução de Prejuízo Líquido da Companhia no exercício de 2013 em relação ao exercício anterior de 32,4%. O Resultado Líquido Consolidado no 4T13 foi prejuízo de R\$ 140,4 milhões versus prejuízo de R\$ 76,9 milhões no 3T13.

Considerações Finais

Nossa administração deseja reafirmar seu compromisso de longo prazo com clientes, acionistas, credores, colaboradores e com o mercado de capitais. Os Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, que examinam as demonstrações financeiras desde 2013, prestaram serviços à Lupatech S.A. relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Estão disponíveis no site www.lupatech.com.br e comentários sobre o desempenho consolidado dos negócios da Companhia. Nossa Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do nosso Estatuto Social. Nova Odessa, 28 de março de 2014

Demonstrações do Resultado para os Exercícios de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Table with 5 columns: Nota explicativa, 31/12/2013, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Receita Operacional Líquida, Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto, Recargas (Despesas) Operacionais, Resultado Financeiro, etc.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios de 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Table with 5 columns: Nota explicativa, 31/12/2013, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Prejuízo Líquido do Exercício, Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Resultado Abrangente Total do Exercício, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto para os Exercícios de 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Table with 5 columns: Nota explicativa, 31/12/2013, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2012. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Table with 6 columns: Nota explicativa, Capital Social, Reservas de Capital, Opções Outorgadas, Ações em Tesouraria, Prejuízos Acumulados, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto), Total do Patrimônio Líquido. Rows include Saldos em 31 de Dezembro de 2010, Aumento de capital, Opções outorgadas reconhecidas, etc.

Assembleia Geral Extraordinária assim como para homologação em juízo. O Plano foi aprovado por bondholders que detêm, em conjunto, 84,98% do valor total de bônus emitidos por sua subsidiária integral Lupatech Finance Limited. Em 13 de fevereiro de 2014 a Companhia ajustou o plano de recuperação Extrajudicial na comarca de Nova Odessa. O plano de reestruturação do endividamento financeiro e assim como o ajustamento do plano de recuperação Extrajudicial da Companhia e de suas controladas que são garantidores da dívida representada pelos Bônus Perpétuos de emissão da Lupatech Finance Limited, subsidiária integral da Companhia, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014. A equalização da dívida e ponto determinante para que a Companhia possa desempenhar suas atividades e reforçar sua posição de caixa, permitindo a aplicação de recursos em Capex necessário para realizar seu crescimento de 32,4% e, consequentemente, incrementar suas receitas, resultados e margens. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de Apresentação: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 28 de março de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP; e b) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conformes às IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas pelo seu valor justo ou pelo custo. As demais práticas contábeis são consistentes com as IFRS. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuídos aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, dando a laço 2.1.1. Adoção das novas normas, interpretações e alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e CPC: Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as nossas atividades: CPC 18 (R2)/Alterações a IAS 28 - Investimento em coligadas com controle compartilhado; CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em conjunto; CPC 36 (R2)/IFRS 10 - Demonstrações consolidadas. Esses pronunciamentos contábeis aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, de terminam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial. Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012, a adoção desses novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os ativos, passivos e contas de resultado das investidas com controle compartilhado Lupatech Participações S.A. e Unifit - Unidade de Fios Intra e Inter de Timbalua S.A, mantendo apenas a avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Assim as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, assim como, o resultado de operações da Companhia, utilizando a equivalência patrimonial para tais investimentos. Conforme demonstrado abaixo, a Companhia aplicou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 os novos requerimentos contábeis para empreendimentos controlados em conjunto detalhados do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto. A aplicação destes novos requerimentos altera os saldos do balanço patrimonial consolidado da Companhia, originalmente divulgado na data-base 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa e as demonstrações dos valores adicionados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrações que estão sendo apresentadas em 31 de dezembro de 2013, conforme apresentado abaixo: a) Representação dos saldos patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 01 de janeiro de 2012:

Table with 4 columns: Valores originalmente apresentados em 01/01/2012, Valores Luxon / Valores ajustados em 01/01/2012, Consolidado (IFRS e BR GAAP) Unifit em 01/01/2012, Consolidado (IFRS e BR GAAP) Unifit em 01/01/2012. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, etc.

Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Table with 4 columns: Valores originalmente apresentados em 01/01/2012, Valores Luxon / Valores ajustados em 01/01/2012, Consolidado (IFRS e BR GAAP) Unifit em 01/01/2012, Consolidado (IFRS e BR GAAP) Unifit em 01/01/2012. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Bônus perpétuos - juros a pagar, etc.

1. Contexto operacional: A Lupatech S.A. ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é um grupo composto por 31 unidades que possui, atualmente, dois segmentos de negócios: Produtos e Serviços e conta com 2.897 colaboradores. A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA"). No Segmento de Produtos, a Companhia oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas e equipamentos para completção de poços, além de equipamento relevante em empresa do segmento de compressores para gás natural veicular. No Segmento de Serviços, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e "workover", intervenção em poços, "drilling", revestimentos e inspeção de tubulações. A Petrosbras é o principal cliente da Companhia e representa 52,9% do lucro líquido total da Companhia em 2013 (48,3% em 2012). Ambos os segmentos de atuação da Companhia são afetados por recortes oriundos da Petrosbras. 1.1. Reorganização societária e venda de ativos "non-core": A Companhia teve como estratégia nos últimos anos aumentar sua operação/participação de ofertas de produtos e serviços ao setor de petróleo e gás, especialmente nas fases de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura de produção. Para tal fim, foram levantados recursos no mercado financeiro e de capitais, os quais foram aplicados na aquisição de 17 negócios que contribuíram para a diversificação do portfólio de produtos e serviços. Concomitantemente às aquisições, foram investidos recursos no aumento de capacidade instalada e modernização de alguns dos parques industriais, na expectativa que essa capacidade fosse ocupada a partir de 2009. Com a crise financeira ocorrida durante o segundo semestre de 2008, os anos seguintes foram marcados por grande concentração de investimentos na fase de exploração de petróleo e gás, que originalmente das fases de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura de produção, não utilizaram produtos e serviços como o diferente estimado pela Companhia e de forma compatível com a estrutura das plantas, e com isso, os negócios da Companhia operaram com baixo nível de utilização de capacidade, o que consequentemente, aliado a um nível alto de alavancagem, deteriorou os indicadores operacionais, de liquidez, caixa e a situação patrimonial. Em 2012 e 2013 foi dada continuidade ao processo de reestruturação de ativos, realizando desinvestimentos de ativos "non-core", conforme mencionado a seguir: (i) Venda em 02 de janeiro de 2012 da Steelintex, uma das unidades do segmento de Produtos, para a Polimetil Partículas S.A. O montante da venda foi de R\$14,00 por 100% desta unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$1.800. (ii) Venda em 02 de abril de 2012 da Micromon - Fundação de Precisão e Usinagem Ltda., unidade do segmento de Produtos, para a Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos Ltda. O montante da venda foi de R\$32,00 por 100% dessa unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$8.700. (iii) Venda em 01 de outubro de 2012 da Metalurgica Ipi, unidade do segmento de Produtos, para a Duratex S.A. O montante da venda foi de R\$45,00, dos quais foram deduzidos R\$530 relativo a custas para obtenção de documentação e relidos, na época, R\$7.500 depositados em conta bancária "Escrow Account", para garantia quanto a pagamento de eventuais passivos indenizáveis. (iv) Venda em 11 de outubro de 2013, das operações da Lupatech Tubular Services - Rio das Ostras, unidade do segmento de Serviços para VTS. A proposta envolvia a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações pelo montante de R\$59.600. 1.2. Processo de recapitalização e reestruturação do endividamento e capital: Em 05 de abril de 2012, a Companhia celebrou com BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), Fundação Petrosbras de Seguridade Social (Petros), GP Investments Ltd. (GP) e San Antonio International (SAI), um Acordo de Investimento com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital e viabilizar o plano de negócio em serviços de petróleo e gás. O Acordo de Investimento regulou as seguintes operações, descritas de forma sumária: (i) A reestruturação, pela Companhia, de aumento de capital por subscrição privada, no montante de até R\$700.000, mediante a emissão de 175.000.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,00 por ação ordinária, o qual foi fixado levando-se em consideração a cotação média ponderada das ações ordinárias de emissão da Companhia nos últimos 20 períodos anteriores ao dia 26 de dezembro de 2011, com deságio de 18,8% sobre esse valor, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei 6.404/76, conforme alterada; (ii) Subscrição e integralização pela BNDESPAR e PETROS do aumento de capital, no montante total conjunto de até R\$300.000, observados determinados termos e condições previstos no Acordo de Investimento. A BNDESPAR poderia subscrever o aumento de capital com a utilização de créditos oriundos da subscrição de emissão de ações ordinárias, perfazendo o valor total de R\$275.987, montante este, superior ao montante mínimo de 20% do aumento de capital estipulado pela Companhia, porém bastante inferior ao aumento de capital total intencionado. Desta forma, deu-se um passo importante no processo de reestruturação financeira e organizacional da Lupatech, dando origem a maior empresa brasileira de produtos e serviços para o setor de petróleo e gás. Todavia, o menor volume captado no processo não possibilitou a reestruturação completa da Companhia especialmente na parte de caixa e alavancagem. Um fator disso no início de 2013, a Companhia contratou o Bank of America Merrill Lynch como assessor financeiro para a busca da solução para o equacionamento de sua estrutura de capital e reestruturação de seu endividamento. O suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e viabilização mínima de liquidez para a Companhia em 2013, foi sentido por importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos "non-core", dentre eles a venda da unidade Tubular Services - Rio das Ostras, a que contribuiu com a entrada de R\$49.600 em 2013, após as conclusões dos estudos previstos no contrato de compra e venda, bem como a expectativa de R\$7.909 adicionais no primeiro semestre de 2014. Adicionalmente a Companhia está focando em eficiência do capital de giro, especialmente o valor em recebíveis de clientes. Principalmente estes eventos, aliados à geração de caixa operacional da Companhia e demais oportunidades de desinvestimentos de ativos "non-core", tem por objetivo reverter a estrutura de caixa e suportar as demandas operacionais previstas para o primeiro semestre de 2014. Em 05 de novembro de 2013, por meio de fato relevante divulgado ao mercado, a Companhia obteve, no aumento de capital, em modalidade corrente, conforme informado nos fatos relevantes divulgados em 10 de abril, 10 de maio e 11 de julho deste ano, a Companhia tem trabalhado intensamente no equilíbrio de seu endividamento e estrutura de capital e, visando dar continuidade a esse processo, o seu Conselho de Administração aprovou o plano para reestruturação da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas. De acordo com a estrutura proposta, os titulares de bônus perpétuos receberão, em pagamento de seus créditos, o direito de subscrever American Depositary Receipts - ADRs ou ações por meio da capitalização do montante de 85% dos créditos decorrentes dos bônus perpétuos, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos. Os titulares de debêntures, por sua vez, receberão o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia. A amortização será realizada nas mesmas moldes da proposta para os bônus perpétuos. O repêrlimento da dívida com determinadas instituições financeiras foi separado em dois grupos. Instituições com garantias reais, cujo saldo em aberto naquela data era de aproximadamente R\$ 50 milhões, terão o pagamento repêrlido em seis anos. O grupo de dívidas em montante total de aproximadamente R\$ 110 milhões, com garantia de cobertura parcial ou sem garantia serão repêrlidas com juros remuneratórios de 3% ao ano, com carência de 12 meses e principal e juros de quatro anos e pagamento em dois anos. Alternativamente, há a possibilidade das instituições financeiras optarem pela conversão parcial ou integral dos créditos em ações da Companhia, nas mesmas condições aplicáveis à capitalização dos créditos decorrentes das Debêntures. O plano de reestruturação de endividamento financeiro ainda elenca outros créditos, menos representativos em relação aos itens anteriores, detidos em face de outras instituições que serão repêrlidos e aos quais se aplicará as alternativas anteriormente descritas. As novas ações deverão ser emitidas por meio de aumento de capital privado a ser realizado pela Companhia ao preço de R\$ 0,25 por ação. Em 13 de janeiro de 2014 a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que atingiu o quórum necessário para que o plano de recuperação Extrajudicial apresentado aos titulares de Bônus Perpétuos seja submetido à aprovação em

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto Prejuízo Líquido por ação ou quando indicado)

em pagamento de seus créditos, o direito de subscricao Automatic Depository Receipts - ADRs ou ações por meio de capitalização do montante de 35% dos créditos decorrentes do balanço de 2013, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, dos bônus em carência e aumento sobre os demais cinco anos. Em 13 de janeiro de 2014 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que atingiu o quórum necessário para que o plano de recuperação EXTRAJUDICIAL apresentado aos titulares de Bônus Perpétuos seja submetido à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária assim como para homologação em juízo. O Plano foi aprovado por bondholders que detêm, em conjunto, 84,96% do valor total de bônus emitidos por sua subsidiária integral Lupatech Finance Limited. Em 13 de fevereiro de 2014 a Companhia aprovou o plano de recuperação EXTRAJUDICIAL perante a Comissão do Plano de Restrução do endosso da Companhia. O plano de restrição do endosso da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e de suas controladas que são garantidoras da dívida representada pelos Bônus Perpétuos de recuperação da Lupatech Finance Limited, subsidiária integral da Companhia, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014, 13. Debutantes: Objetivando a obtenção de captação de recursos para a aquisição de empresas, fortalecimento da estrutura de capital e capital de giro, modernização e ampliação da capacidade produtiva e investimentos sociais, o Conselho de Administração aprovou, em 13 de maio de 2009, e em assembleia geral extraordinária (AGE) os acionistas ratificaram a emissão de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, para colocação privada, sendo considerada para todos os efeitos legais a data da emissão das debêntures em 15 de abril de 2009. As debêntures foram emitidas com garantia fluante, com prazo de maturação de 120 meses, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de R\$320.000, são remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debênturados, a qualquer tempo o prazo de encerramento do 1º ano contado da data de emissão. A remuneração será paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, ocorrido o primeiro pagamento em 15 de abril de 2010 e, os pagamentos subsequentes, todo dia 15 de abril dos anos seguintes, sendo os juros remuneratórios devidos até 15 de abril de 2018. Em 30 de abril de 2012, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 25 de maio de 2009, aprovando a postergação para 120 dias do pagamento dos juros anuais destes títulos que deveria ocorrer no dia 15 de abril de 2012 e não exigência, pelo debenturista, durante o novo prazo de cura, dos encargos financeiros estabelecidos nas cláusulas, única e exclusivamente em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das debêntures devida em 15 de abril de 2012. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 13 de Agosto de 2012, foi deliberada a postergação do pagamento dos juros anuais destes títulos por 90 dias corridos adicionais contados do dia 14 de agosto de 2012, data em que ocorreria o primeiro pagamento conforme deliberação da AGD do 30 de abril de 2012. A postergação do pagamento dos juros anuais em 90 dias adicionais não acarretou qualquer ônus e visou alinhar este fluxo de pagamento à conclusão do processo de capitalização da Companhia. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de março de 2013 foi deliberado e aprovado a prorrogação para pagamento da parcela anual de juros remuneratórios das Debêntures até 15 de abril de 2013 e não exigência, pelo debenturista, durante o período de prorrogação, dos encargos financeiros em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das Debêntures e a não cobrança pelos debenturistas de remuneração adicional em razão do aumento do prazo. Em não ocorrendo a conversão em ações, as debêntures seriam amortizadas em 5 parcelas, a contar da data de emissão, sendo (i) a primeira, na proporção de 5% do valor principal, em 15 de abril de 2014; (ii) a segunda, na proporção de 10% do valor principal, em 15 de abril de 2015; (iii) a terceira, na proporção de 35% do valor principal, em 15 de abril de 2016; (iv) a quarta, na proporção de 15% do valor principal, em 15 de abril de 2017; (v) a quinta, na proporção de 15% do valor principal, em 15 de abril de 2018. Caso o devedor ou parte das debêntures não sejam convertidas em ações e seja a condição de resgate antecipado seja atingida, as mesmas farão jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$423,75 por cada mil de debêntures de R\$1 valor nominal, atualizadas pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionalmente a remuneração de R\$4,75 + 6,5% ao ano de liquidação anual para IPCA + 10% ao ano. Em conformidade com o disposto no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, de emissão de Garantia Fluante, para Colocação Privada da Lupatech S.A., fica assegurado aos titulares de debêntures convertíveis da 2ª emissão de debêntures em ações, da espécie com garantia fluante, para colocação privada, com prazo de maturação de 25 de maio de 2009, a possibilidade de resgate a conversão das Debêntures por eles detidas utilizando-se o preço de emissão de R\$4,00 por ação. Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate em conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que têm a característica de, isoladamente, constituir um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo justo valor no reconhecimento inicial e, posteriormente, pelo valor justo por R\$423,75 e R\$436,35, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo em 2013 ocorreu em 15 de abril de 2013, em decorrência da emissão de debêntures convertíveis em ações de R\$323,022 no exercício de 2012, registrado no resultado financeiro do período. As principais características das debêntures são as seguintes:

	1º Emissão
Data de emissão final	15/04/2009
Quantidade emitida	320.000
Quantidade convertida	38.195
Valor unitário R\$	281.805

Em 25 de maio de 2011 e em 21 de dezembro de 2013 houve registrada a conversão de 38.195 debêntures em 9.716.855 ações ordinárias de emissão da Companhia, apresentando aumento de capital de R\$39.931.

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	
Instrumento de dívida - debêntures	194.123	188.781	225.639
Derivativo embutido	124.642	138.668	116.147
Juros + IPCA sobre debêntures	100.719	64.585	25.916
Total	419.484	391.607	367.702

As debêntures estão sujeitas a cálculo de "coverants" financeiros, a) **Dívida Líquida** (- Bônus Perpétuos) EBITDA (ou maior que 4,5 em 2013 e 3 desde 2014) sobre o EBITDA (ou maior que 20% em 2013 e 20% em 2014) e b) **Fluxo de Caixa** (ou maior que 20% em 2013 e 20% em 2014) sobre o Fluxo de Caixa Corrente (ativo circulante/passivo circulante) igual ou maior que 1,5 (um inteiro e meio). Os "coverants" são apurados anualmente, no dia 31 de dezembro de cada ano, medidos com base nos últimos 12 meses da operação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima, sendo o saldo do principal das debêntures convertíveis reclassificado para o passivo circulante naquela data-base. De acordo com o divulgado no Relatório de Informação Relevante em 15 de abril de 2013, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante de R\$83.155, montante este que corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012, cujo pagamento havia sido prorrogado até 15 de abril de 2013, bem como os juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2011, cujo pagamento havia sido prorrogado até 15 de abril de 2012, bem como os juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2010, cujo pagamento havia sido prorrogado até 15 de abril de 2011, cujos pagamentos foram realizados em 15 de abril de 2011, 15 de abril de 2012 e 15 de abril de 2013, respectivamente. Os dados e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes interessadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

	Mipel Lupatech	
31/12/2013	31/12/2012	
Outras Contas a receber	137	319
Outras Contas a Receber	7.887	1.256
Mútuos e empréstimos	33.240	2.774
Passivo	41.127	1.383
Outras Contas a pagar	8.525	4.530
Outras Contas a pagar	346	144
Mútuos e empréstimos	11.914	640.706
Total	346	11.815

Resultado do exercício

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Vendas de produtos	3	- 1.702	157
Compras de produtos	- 57	- 4.140	-
Receitas financeiras	1.211	37	- 6.586
Despesas financeiras	14	380	48.525
Total	346	11.815	640.706

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Mútuos ativos

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012				
Contrato 1	jun-12	2 ano 105% do D+Dep't	N/A	139.950	-	2.774	87.731
Contrato 2	jun-13	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	17.529	-	13.915	-
Contrato 3	jun-13	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	6.304	-	6.500	-
Contrato 4	jun-13	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	9	-	9	-
Contrato 5	jun-13	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	17.912	-	12.814	-
Total				181.704	-	36.014	87.731

Mútuos passivos

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012				
Contrato 1	abr-11	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	7.945	-	-	4.536
Contrato 2	jul-11	1 ano 105% do D+Dep't	N/A	36.554	-	-	13.300
Contrato 3	abr-12	minider - 105% do D+Dep't	N/A	31.083	-	1.915	694
Total				114.282	-	1.915	694

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012					
Contrato 1	jul-07	13 anos 9,875% a.a.	N/A	28.025	14.250	33.382	29.986	28.801
Contrato 2	set-07	13 anos 9,875% a.a.	N/A	65.391	33.971	57.530	61.467	67.202
Contrato 3	mai-09	11 anos 12,000% a.a.	N/A	40.736	21.827	51.322	41.004	37.639
Contrato 4	mai-09	11 anos 12,000% a.a.	N/A	51.619	63.208	148.770	118.806	109.056
Contrato 5	jun-09	11 anos 12,000% a.a.	N/A	110.248	29.103	68.076	51.672	50.185
Contrato 6	set-09	11 anos 10,000% a.a.	N/A	134.378	82.533	193.342	157.003	144.119
Contrato 7	out-09	11 anos 10,000% a.a.	N/A	46.231	28.611	67.205	54.428	49.961
Total				482.626	273.503	640.706	525.533	486.963
Total				596.910	273.503	640.706	525.533	486.963

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. a) **Avaliação contábil:** As operações com partes relacionadas não possuem a natureza de transações comerciais ordinárias (compra e venda de mercadorias, prestação de serviços, etc.). Assim, as operações são avaliadas em condições de mercado, com base nos preços praticados no mercado. b) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. c) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. d) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. e) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. f) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. g) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. h) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. i) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. j) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. k) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. l) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. m) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. n) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. o) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. p) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. q) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. r) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. s) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. t) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. u) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. v) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. w) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. x) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. y) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia. z) **Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas não representam ganhos ou prejuízos para a Companhia.

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.175)	(259.605)

Moeda estrangeira

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.368	8.700	6.673
Outras contas a receber	418	412	(59)
Outros ativos	(48)	(48)	(59)
Bônus perpetuado	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Partes relacionadas - Mútuos passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Juros passivos	(273.503)	(257.175)	(259.605)
Total	(273.503)	(257.1	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto Prejuízo Líquido por ação ou quando indicado)

os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade e que são termos das definições e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de escassez ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para a definição de débitos e operações de "hedje" de proteção. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve derivativos embutidos em contrato de débitos e operações de "hedje" de proteção, cuja mensuração ao valor justo é realizada em bases recorrentes, sendo utilizado o Nível 3 de informação (Registros não observáveis) para sua mensuração.

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (IFRS e BRGAAP)
Derivativo embutido em 01/01/2012		
Instrumento financeiro derivativo na incorporação SABR	115.146	115.146
Variação do valor justo	-	2.806
Derivativo embutido em 31/12/2012	138.168	138.168
Variação do valor justo	(13.526)	(13.526)
Valor pago	-	(1.597)
Derivativo embutido em 31/12/2013	124.642	124.642

21.3. Instrumentos financeiros por categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.472
Contas a receber de clientes	41.170	41.170
Caixa e equivalentes de caixa	910	910
Partes relacionadas	10.493	10.493
Total	52.573	60.045
	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2013	31/12/2013
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	195.032
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	36.081
Instrumento financeiro derivativo - débitos	124.642	124.642
Fornecedores	-	28.365
Partes relacionadas	-	658.379
Total	124.642	1.008.376
	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.502
Contas a receber de clientes	64.865	64.865
Caixa e equivalentes de caixa	18.975	18.975
Partes relacionadas	14.918	14.918
Total	98.757	106.260
	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	178.248
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	253.439
Instrumento financeiro derivativo - débitos	138.168	138.168
Fornecedores	-	26.246
Partes relacionadas	-	531.151
Total	138.168	998.084
	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	1.909
Contas a receber de clientes	82.402	82.402
Caixa e equivalentes de caixa	8.690	8.690
Partes relacionadas	1.022	1.022
Total	92.114	94.023
	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	210.656
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	252.556
Instrumento financeiro derivativo - débitos	115.146	115.146
Fornecedores	-	39.177
Partes relacionadas	-	540.472
Total	115.146	1.042.861
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2013	31/12/2013
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.472
Contas a receber de clientes	128.811	128.811
Caixa e equivalentes de caixa	20.676	20.676
Partes relacionadas	149.487	149.487
Total	207.954	207.954
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2013	31/12/2013
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	396.126
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	708.514
Instrumento financeiro derivativo - débitos	115.146	115.146
Fornecedores	-	540.472
Partes relacionadas	-	1.042.861
Total	115.146	1.944.514
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.502
Contas a receber de clientes	175.337	175.337
Caixa e equivalentes de caixa	31.852	31.852
Partes relacionadas	207.188	207.188
Total	413.375	413.375
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	360.194
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	576.145
Instrumento financeiro derivativo - débitos	138.168	138.168
Fornecedores	-	96.094
Partes relacionadas	-	1.285.982
Total	140.268	2.286.383
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	1.909
Contas a receber de clientes	156.598	156.598
Caixa e equivalentes de caixa	17.972	17.972
Partes relacionadas	174.570	174.570
Total	349.140	349.140
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	348.148
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	527.356
Instrumento financeiro derivativo - débitos	115.146	115.146
Fornecedores	-	63.689
Partes relacionadas	-	1.191.749
Total	115.146	2.146.887
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.502
Contas a receber de clientes	175.337	175.337
Caixa e equivalentes de caixa	31.852	31.852
Partes relacionadas	207.188	207.188
Total	413.375	413.375
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	348.148
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	527.356
Instrumento financeiro derivativo - débitos	115.146	115.146
Fornecedores	-	63.689
Partes relacionadas	-	1.191.749
Total	115.146	2.146.887
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	7.502
Contas a receber de clientes	175.337	175.337
Caixa e equivalentes de caixa	31.852	31.852
Partes relacionadas	207.188	207.188
Total	413.375	413.375
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2012	31/12/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	360.194
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	576.145
Instrumento financeiro derivativo - débitos	138.168	138.168
Fornecedores	-	96.094
Partes relacionadas	-	1.285.982
Total	140.268	2.286.383
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	1.909
Contas a receber de clientes	175.337	175.337
Caixa e equivalentes de caixa	31.852	31.852
Partes relacionadas	207.188	207.188
Total	413.375	413.375
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

Passivos, conforme balanço patrimonial

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Empréstimos	-	360.194
Débitos (Instrumentos de dívida)	-	576.145
Instrumento financeiro derivativo - débitos	138.168	138.168
Fornecedores	-	96.094
Partes relacionadas	-	1.285.982
Total	140.268	2.286.383
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	1.909
Contas a receber de clientes	175.337	175.337
Caixa e equivalentes de caixa	31.852	31.852
Partes relacionadas	207.188	207.188
Total	413.375	413.375
	Controladora (IFRS e BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	01/01/2012	01/01/2012
Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidas no resultado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Total	-	-

22. Cobertura de seguros: É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade "Compreensivo Empresarial". Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, bem como dos administradores da Companhia. No segmento de petróleo possui cobertura sobre transporte nacional e riscos em equipamentos de petróleo.

Finalidade do seguro
 - Seguro compreensivo empresarial R\$ 106.660
 - Seguro de responsabilidade civil geral R\$ 10.000
 - Seguro de responsabilidade de administradores D&O R\$ 50.000
 - Seguro de risco de petróleo US\$ 113.568

23. Plano de opção de compra de ações - "stock option": Com o fim de estimular a expansão da Companhia e o atendimento das metas estabelecidas, possibilitando à Companhia obter e manter os serviços de seus executivos em alto nível e promover o bom desempenho da Companhia e os interesses dos acionistas mediante o instrumento de longo prazo por parte dos administradores, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2006 decidiu-se pela aprovação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (Plano). A Companhia direceu a determinados empregados e executivos plano de remuneração com base em ações, liquidadas com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da sua própria emissão. O Conselho de Administração definiu as pessoas elegíveis aos programas dentro do estabelecido no Plano, entre as quais os beneficiários, o número de ações que terão direito a subscrever com o exercício da opção e a forma de pagamento das ações. A outorga de opções, nos termos do Plano, representará em cada ação, o máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data da concessão, acrescidas das ações existentes caso (todas as opções de subscrição de ações oferecidas nos termos do Plano fossem exercidas). As ações distribuídas terão os mesmos direitos das demais já outorgadas ao capital social. Cada opção exercida confiere ao beneficiário o direito de subscrever uma ação do capital social da Companhia. A outorga do direito ao exercício da opção dar-se-á em parcelas constantes e anuais durante 5 (cinco) anos, ou seja, 20% (vinte por cento) ao final do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário. O beneficiário poderá diferir por até um ano a opção pelo exercício da compra de cada parcela anual, de modo que cada parcela poderá ser exercida em até 2 anos contados da abertura do direito de exercício da opção. Desta forma, a última parcela poderá ser exercida em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção. O preço de exercício será atualizado mensalmente pela variação do IGP-M-FGV (acrescido dos 6% (seis por cento) do ano, calculado "pro rata temporis" por dias úteis até a data da efetiva subscrição. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua iniciativa exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, com justa causa, restarão automaticamente extintas todas as opções que lhe tenham sido concedidas que ainda não sejam, na ocasião, opções que já possam ser exercidas. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O beneficiário poderá exercer a opção mediante pagamento à vista, ou prorrogar o seu exercício pelo prazo de até um ano e acumular o pagamento relativo ao seu exercício com o pagamento das opções que tiver direito de exercer no ano seguinte. Os programas emissores e suas respectivas aprovações são conforme abaixo: **Primeiro Programa:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovado o Primeiro Programa de Outorga de Opções. **Segundo Programa:** O Segundo Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de abril de 2007. **Terceiro Programa:** O Terceiro Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião de Conselho de Administração realizada no dia 16 de janeiro de 2009. **Aditivo ao Primeiro e Segundo Programas ("Quarto Programa"):** Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento da quantidade de opções e de ações de emissão da Companhia a serem emitidas no âmbito de 1º e do 2º programas de outorga de opções de compra de ações ("Quarto Programa"), em até 477.000 (quatrocentos e setenta e sete mil) novas ações ordinárias de emissão da Companhia sendo 414.000 ações referentes ao Primeiro Programa e 63.000 ações referentes ao Segundo Programa. O número de opções objeto do Quarto Programa será calculado de acordo com a valorização das ações frente ao IBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Findo tal período, apurará-se, com base no percentual de valorização, o número de ações objeto da nova opção que poderão ser subscrevidas a partir do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário. O beneficiário poderá diferir por até um ano a opção pelo exercício da compra de cada parcela anual, de modo que cada parcela poderá ser exercida em até 2 anos contados da abertura do direito de exercício da opção. Desta forma, a última parcela poderá ser exercida em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção. O preço de exercício será atualizado mensalmente pela variação do IGP-M-FGV (acrescido dos 6% (seis por cento) do ano, calculado "pro rata temporis" por dias úteis até a data da efetiva subscrição. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua iniciativa exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, com justa causa, restarão automaticamente extintas todas as opções que lhe tenham sido concedidas que ainda não sejam, na ocasião, opções que já possam ser exercidas. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O beneficiário poderá exercer a opção mediante pagamento à vista, ou prorrogar o seu exercício pelo prazo de até um ano e acumular o pagamento relativo ao seu exercício com o pagamento das opções que tiver direito de exercer no ano seguinte. Os programas emissores e suas respectivas aprovações são conforme abaixo: **Primeiro Programa:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovado o Primeiro Programa de Outorga de Opções. **Segundo Programa:** O Segundo Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de abril de 2007. **Terceiro Programa:** O Terceiro Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião de Conselho de Administração realizada no dia 16 de janeiro de 2009. **Aditivo ao Primeiro e Segundo Programas ("Quarto Programa"):** Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento da quantidade de opções e de ações de emissão da Companhia a serem emitidas no âmbito de 1º e do 2º programas de outorga de opções de compra de ações ("Quarto Programa"), em até 477.000 (quatrocentos e setenta e sete mil) novas ações ordinárias de emissão da Companhia sendo 414.000 ações referentes ao Primeiro Programa e 63.000 ações referentes ao Segundo Programa. O número de opções objeto do Quarto Programa será calculado de acordo com a valorização das ações frente ao IBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Findo tal período, apurará-se, com base no percentual de valorização, o número de ações objeto da nova opção que poderão ser subscrevidas a partir do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário. O beneficiário poderá diferir por até um ano a opção pelo exercício da compra de cada parcela anual, de modo que cada parcela poderá ser exercida em até 2 anos contados da abertura do direito de exercício da opção. Desta forma, a última parcela poderá ser exercida em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção. O preço de exercício será atualizado mensalmente pela variação do IGP-M-FGV (acrescido dos 6% (seis por cento) do ano, calculado "pro rata temporis" por dias úteis até a data da efetiva subscrição. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua iniciativa exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, com justa causa, restarão automaticamente extintas todas as opções que lhe tenham sido concedidas que ainda não sejam, na ocasião, opções que já possam ser exercidas. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O beneficiário poderá exercer a opção mediante pagamento à vista, ou prorrogar o seu exercício pelo prazo de até um ano e acumular o pagamento relativo ao seu exercício com o pagamento das opções que tiver direito de exercer no ano seguinte. Os programas emissores e suas respectivas aprovações são conforme abaixo: **Primeiro Programa:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovado o Primeiro Programa de Outorga de Opções. **Segundo Programa:** O Segundo Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de abril de 2007. **Terceiro Programa:** O Terceiro Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião de Conselho de Administração realizada no dia 16 de janeiro de 2009. **Aditivo ao Primeiro e Segundo Programas ("Quarto Programa"):** Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento da quantidade de opções e de ações de emissão da Companhia a serem emitidas no âmbito de 1º e do 2º programas de outorga de opções de compra de ações ("Quarto Programa"), em até 477.000 (quatrocentos e setenta e sete mil) novas ações ordinárias de emissão da Companhia sendo 414.000 ações referentes ao Primeiro Programa e 63.000 ações referentes ao Segundo Programa. O número de opções objeto do Quarto Programa será calculado de acordo com a valorização das ações frente ao IBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Findo tal período, apurará-se, com base no percentual de valorização, o número de ações objeto da nova opção que poderão ser subscrevidas a partir do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário. O beneficiário poderá diferir por até um ano a opção pelo exercício da compra de cada parcela anual, de modo que cada parcela poderá ser exercida em até 2 anos contados da abertura do direito de exercício da opção. Desta forma, a última parcela poderá ser exercida em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção. O preço de exercício será atualizado mensalmente pela variação do IGP-M-FGV (acrescido dos 6% (seis por cento) do ano, calculado "pro rata temporis" por dias úteis até a data da efetiva subscrição. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua iniciativa exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, com justa causa, restarão automaticamente extintas todas as opções que lhe tenham sido concedidas que ainda não sejam, na ocasião, opções que já possam ser exercidas. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O beneficiário poderá exercer a opção mediante pagamento à vista, ou prorrogar o seu exercício pelo prazo de até um ano e acumular o pagamento relativo ao seu exercício com o pagamento das opções que tiver direito de exercer no ano seguinte. Os programas emissores e suas respectivas aprovações são conforme abaixo: **Primeiro Programa:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovado o Primeiro Programa de Outorga de Opções. **Segundo Programa:** O Segundo Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de abril de 2007. **Terceiro Programa:** O Terceiro Programa de Outorga de Opções foi aprovado em reunião de Conselho de Administração realizada no dia 16 de janeiro de 2009. **Aditivo ao Primeiro e Segundo Programas ("Quarto Programa"):** Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento da quantidade de opções e de ações de emissão da Companhia a serem emitidas no âmbito de 1º e do 2º programas de outorga de opções de compra de ações ("Quarto Programa"), em até 477.000 (quatrocentos e setenta e sete mil) novas ações ordinárias de emissão da Companhia sendo 414.000 ações referentes ao Primeiro Programa e 63.000 ações referentes ao Segundo Programa. O número de opções objeto do Quarto Programa será calculado de acordo com a valorização das ações frente ao IBOVESPA, no período de 31 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Findo tal período, apurará-se, com base no percentual de valorização, o número de ações objeto da nova opção que poderão ser subscrevidas a

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal de Lupatech S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Considerando o Relatório dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes, sobre as referidas Demonstrações Financeiras, datado de 28 de março de 2014, emitido sem ressalvas mas com ênfase quanto à continuidade da Companhia, com base nos exames efetuados e em informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2014

Claudio Barbosa da Rocha

Amoreti Franco Gibbon

Karla Farias de Senna Garcia de Lima

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Lupatech S.A.

Nova Odessa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupatech S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras

da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lupatech S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Lupatech S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para o fato de que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes, apresenta um passivo a descoberto e tem passivos financeiros vencidos no encerramento do exercício. Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na Nota Explicativa 1, a Administração da Companhia tem implementado reestruturações das operações com vistas à melhoria da performance, estrutura de financiamento e liquidez. A continuidade normal dos negócios da Companhia depende do sucesso da equalização da dívida para que a Companhia possa desempenhar suas atividades e reforçar sua posição de caixa, permitindo a aplicação de recursos em Capex necessário para realizar seu Backlog e, conseqüentemente, incrementar suas receitas, resultados e

margens, conforme mencionado na Nota Explicativa 1.

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lupatech S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa 2, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2013, contendo parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Porto Alegre, 28 de março de 2014

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS